

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES DO TRT 2ª REGIÃO



ÁLVARO ALVES NÔGA



MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES



TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS



VALDIR FLORINDO

EDITORIAL DO PRESIDENTE DA AMATRA-2

CANDIDATOS AO CARGO DE PRESIDENTE(A)

CANDIDATOS AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

CANDIDATOS AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

CANDIDATOS AO CARGO DE CORREGEDOR(A)

ENTREVISTA COM O DEPUTADO FEDERAL RICARDO SILVA



DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS E DEMAIS COMISSÕES DA AMATRA-2 – BIÊNIO 2024/2026

Presidente: Diego Reis Massi
Vice-Presidente: Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro
Diretor-Secretário: André Eduardo Dorster Araújo
Diretor-Secretário Adjunto: Fábio Ribeiro da Rocha
Diretora Financeira e de Patrimônio: Cristina Ottoni Valero
Diretora Cultural: Flávia Ferreira Jacó de Menezes
Diretor Cultural Adjunto: Ítalo Menezes de Castro
Diretora Social: Rebeca Sabioni Stopatto
Diretora Social Adjunta: Andrea Corrêa de Paula Rizzoto
Diretor de Benefícios: Jorge Batalha Leite
Diretor de Benefícios Adjunto: Jobel Amorim das Virgens Filho
Diretora de Direitos Humanos: Daiana Monteiro Santos
Diretora de Direitos Humanos Adjunta: Tâmara Luiza Vieira Rasia
Diretor de Esportes Adjunto: Marcio Fernandes Teixeira
Diretor de Aposentados: Adalberto Martins
Diretora de Aposentados Adjunta: Maria Aparecida Norce Furtado
Diretoras de Igualdade de Gênero: Karoline Sousa Alves Dias, Thaís Verrastro de Almeida e Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira

Comissão Disciplinar e Prerrogativas –
1º Titular (Diretor): Renato Sabino Carvalho Filho
2º Titular: Luiz Antônio Moreira Vidigal
3º Titular: Frederico Monacci Cerutti
1º Suplente: Rogério Moreno de Oliveira
2º Suplente: Willian Alessandro Rocha
3º Suplente: Samantha Fonseca Steil Santos e Mello

Conselho Fiscal – 1º Titular: Decio Sebastião Daidone
2º Titular: Libia Graça Pires
3º Titular: Cristiane Braga de Barros
4º Titular: Brígida Della Rocca Costa
5º Titular: Ana Cristina Magalhães Fontes Guedes
1º Suplente: Talita Luci Mendes Falcão
2º Suplente: Marcos Vinicius Coutinho

Coordenadora de Comunicação Interna: Aline Bastos Meireles Mandarino
Vice-Coordenadora de Comunicação Interna: Martha Campos Accurso

Comissão de Simetria e Isonomia – 1º Titular: Laís Cerqueira Tavares
2º Titular: Paulo Kim Barbosa
3º Titular: Nelson Cardoso dos Santos
4º Titular: Marcelo Pereira das Neves
5º Titular: Bruno Coutinho Peixoto

Comissão de Aposentados – 1º Titular: Jucirema Maria Godinho Gonçalves
2º Titular: Mércia Tomazinho
3º Titular: Ana Maria Contrucci Brito Silva.

EDITORIAL DO PRESIDENTE DA AMATRA-2

Uma das características precípua do Estado Democrático de Direito é a participação de todos nos processos eletivos de seus representantes. Por destoar dessa linha, a atual restrição vigente no Poder Judiciário, referente ao colégio eleitoral dos Tribunais, deve ser debatida e repensada.

Com a possibilidade de participação de todos os Magistrados no pleito eleitoral, o compromisso da cúpula com as bases do sistema aumentará, proporcionando o aperfeiçoamento do Poder Judiciário. Ganham todos os Magistrados, por colaborarem direta e efetivamente na composição e no destino dos Tribunais dos quais fazem parte. Ganha toda a sociedade, tanto pelo equilíbrio entre os Poderes da República, como pela garantia de uma melhor prestação jurisdicional, ocasionada pelo aprimoramento reflexo da estrutura de atendimento ao jurisdicionado.

Assim, reiteramos o convite aos colegas para aderirem a essa luta, que começamos há 12 anos, com a simulação das eleições à Presidência do TRT-2 no biênio 2012/2014, com o ato público em prol da democratização dos Tribunais e a apresentação de requerimento de alteração regimental hábil a possibilitar a votação de todos os Magistrados.



Como as eleições para a Administração do TRT-2 se avizinham, programamos novamente a realização de simulação de votação para a Presidência do nosso Tribunal.

Divulgaremos, em breve, as diretrizes da eleição simulada e respectiva votação aos associados, que finalizará antes do pleito oficial do Tribunal (01º de agosto de 2024).

Contamos com a participação de todos!

Um grande abraço.

Diego Reis Massi
Presidente da Amatra-2



EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONHEÇA QUEM SÃO OS CANDIDATOS NA DISPUTA PARA OS CARGOS DO CORPO DIRETIVO DO TRIBUNAL

A eleição acontece
em 01 de agosto



ALVARO ALVES NÔGA

integra a conhecida como “Turma dos 51” e tomou posse em 1993. Antes da magistratura, advogou nas áreas trabalhista, civil e criminal em escritório próprio e em instituições como Banco do Brasil, Comind em liquidação extrajudicial e Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo. Foi promovido a titular da 27ª em agosto de 1995 onde permaneceu até a promoção a desembargador em 2012. Atuou como conciliador em Dissídios Coletivos da SDC, presidiu por dois mandatos a 17ª Turma e também sempre integrou a SDI-8, diversas vezes o Órgão Especial, compôs Comissão de Uniformização de Jurisprudência, Comissão de Regimento Interno e, também, Comissão de Prerrogativas da Amatra. Por muitos anos de 2009 a 2022 presidiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. Foi o Vice-Ouvidor no mandato de 2020/2022. Atualmente exerce a vice-presidência do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura – Conematra, e cumpre mandato eletivo de Diretor da EJUD2 para o biênio 2022/2024. Professor de Direito do Trabalho nas FMU entre 1993 e 1998. É pós-graduado em Direito Civil pela USP, em Administração Judiciária pela FGV/SP e em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Primeiramente, nosso agradecimento à Amatra, ao seu Corpo Diretivo e ao Corpo de Colaboradores. Uma excelente oportunidade para detalhar nossos 12 temas.

Nosso plano de trabalho, pois não entendemos ser uma candidatura de uma pessoa, mas a voz de muitos que nos procuraram, possui doze temas e dois eixos que consideramos fundamentais: a humanização das condições de trabalho e a restauração da dignidade da Justiça do Trabalho.

Em nome da produção atabalhoada não somos avalistas do adoecimento da magistratura e do conjunto de servidoras e servidores deste Regional. Não percebemos sequer reportáveis os indicadores das últimas pesquisas de clima. Como já disse Kant: "se não pode contar, não faça". Vamos fazer diferente para reportar melhores indicadores. No frenesi de alimentar uma auto exploração desenfreada, indícios fortes que indicam que chegamos ao ponto de uma necessidade de retorno. Retorno à Dignidade da Justiça do Trabalho.

Temos um posicionamento muito cordial, de grande agradecimento e amistoso com minhas antecessoras e antecessores que me ensinaram muito e nos inspiraram. O que nos convém, firmemente, a agregar na trajetória de sucesso do Tribunal, é o binômio de humanizar e de resgatar a dignidade da Justiça do Trabalho na 2a. Região.

Nossos amigos Magistrados e Servidores têm nosso compromisso. Ressentem-se de gestões anteriores que foram tímidas, pois poderiam avançar mais quanto a aumentar a quantidade de gabinetes. Estão certos: o quantitativo elevado de demanda é que tornou o trabalho fonte de estresse e desapontamento. Para a segunda instância temos proposta de obter mais dois servidores, com crescimento paulatino até o final da gestão, batalhando para antecipar ou aumentar entregas aqui compromissadas.

Não é hora de timidez. Precisamos aprimorar a remuneração dos assistentes e assessores na medida que se percebe um grau de proporcionalidade entre as funções alocadas e os semelhantes trabalhos desenvolvidos. Sabemos, de regionais menores, em que cada Desembargador conta com doze ou mais servidores, e por isso não vamos nos contentar com a naturalização de um número inferior, de desigualdades aviltantes no segundo grau face a uma produção desmesurada. Não se aliena lucidez quando se tem o compromisso com o autocuidado.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Somos oriundos da primeira instância, da 27a. Vara, de onde criamos raízes e, apesar de mais de 10 anos no segundo grau, persistimos participantes de variados grupos de trabalho, mantendo excelentes laços e cientes da necessidade da equalização do quantitativo de processos por vara na capital, situação que também ocorre no interior. Temos pleno conhecimento de regionais em que cada magistrado de primeira instância possui dois assessores. A juíza e o juiz conhecem muito bem a importância do seu assistente que atualmente encontra-se desvalorizado, percebendo uma função de baixa remuneração e trabalhando, em nosso regional, sabidamente, em jornadas praticamente desumanas, muito mais que os seus correlatos. Somos da perspectiva de que a melhoria da remuneração do cargo de assistente deva aumentar o incentivo para retenção desses braços direitos. Se ainda precisássemos de argumentos, fato é que somos partidários de uma segunda assistência somente para atender, a juízo da magistratura, o nó górdio da execução, nossa pior herança. Mantendo do jeito que está, continua o braço de ferro entre Diretor(a) e Magistrado(a).

Não faz sentido uma Vara em São Paulo, e vamos mais longe, em toda a região, apresentar uma distribuição 75% maior do que a média nacional. Isso tornou a alocação de substitutos e titulares uma loteria e uma condenação ao inferno processual de muitos "sorteados" para atuar nas mais diversas localidades. Não compactuamos com essa desproporcionalidade e com essa loteria que afronta o bem comum! Vamos pela equalização que humaniza.

A partir de experiências de outros amigos regionais, nossa busca será pela equalização da distribuição com economia e inteligência. Deslocamento de varas entre os respectivos edifícios e abertura de novas varas no interior para ampliar o acesso, sem massacrar parcela da magistratura que precisa perseverar por décadas para a titularização, e não raro, alguns trocam nosso Tribunal por outros, reiniciando a contagem e abdicando de muitos anos de carreira.

Distribuição de 3.000 processos por vara, não mais, pois reflete nossa condescendência e um caminho para a deterioração das condições de trabalho, perda de cérebros para outros regionais e até para outras carreiras jurídicas.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Nosso conhecimento pretérito na Escola Judicial garantirá uma maior transparência, cuidado e redução, criteriosa, do tempo para titularização em nosso regional. Há parte da magistratura que vive angustiada ao prever uma aposentadoria anterior à sonhada titularização.

Até o final da nossa gestão, anualmente, duas novas varas no interior e diferencial de distribuição entre as varas de no máximo de 20%. Com mais varas disponíveis e maior compatibilização, podemos afastar o que não for bom para primeira instância. Humanizaremos uma das fases mais marcantes da trajetória da magistratura e tornaremos mais digno e decente o trabalho no primeiro grau, rito de passagem desejável.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

2-) É bandeira histórica da AMATRA-2 a realização de eleições diretas nos Tribunais, com a possibilidade de voto a todos os magistrados. O que o(a) candidato(a) pensa sobre isso?

Para humanizar e garantir a dignidade, a democracia tem sido fundamental nos mais diversos setores da vida no nosso país. Sentimos e vemos com bons olhos experiências como as das universidades públicas, nas quais titulares, professores e alunos participam de eleições para escolha da reitoria. Legitimidade dá gosto, envolve, une, traz progresso, o que é necessário para avançar.

Nossa tradição pessoal é de diálogo e conciliação. Formamos apenas na nossa gestão mais de 150 conciliadores, dobrando o quantitativo certificado nas normas da ENAMAT e do CSJT. A avaliação de que o consenso, o diálogo e a democracia são imperativos dentro de nosso grupo, entendemos que institucionalização de uma aspiração dessa monta não é instantânea. Muito nos agrada uma governança que possibilite uma construção ponderada entre a segunda instância e a primeira instância, com participação inclusive de servidores. Entretanto, não vamos iludir a Amatra-2 e seus associados, em razão de sermos dos mais novatos com candidatura, até porque o sistema atual a princípio não nos favorece, mas podemos garantir que lutaremos para pautar a discussão.

Sabe-se que o peso de votos pode se considerado, mas a criação de qualquer sistema com correta ponderação entre os cargos de primeiro e segundo grau e servidores é medida que exige ampla discussão e impede proposta que desde logo indique percentuais para cada qual.

É preciso manter o brilho da experiência e a força de todos, ganhando mais engajamento de outros segmentos que merecem ser ouvidos e ter participação política num futuro que também a eles pertence, não havendo modelo fechado, mas conta-se com a Associação para evoluir nesse sentido.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

Humanizar é atrair e desenvolver pessoas, multiplicar seu talento e desempenho. Em igual medida, cuidar, manter, apostar e confiar.

Nossa proposta não é apenas aumentar o quantitativo de servidores nas áreas eleitas para "ganhar mais um" - os demais que aguardem, mas dotar nosso corpo de colaboradores com maior capital humano e relacionamento superior. Ações nesse sentido trazem maior produtividade e legitimidade. Temos que buscar efetividade. Soluções paliativas findam por promover um falso sentimento de conquistas e esse não será nosso desiderato. Ilusões não serão plantadas aqui ou posteriormente, quando Brasília, distante de nossa realidade, não raro, permite no máximo a reposição de aposentados e como visto às vezes nem isso. Percebemos, contudo, que construímos recentemente novas pontes com o CSJT e temos fé na conquista de uma Gestão de Pessoas mais realística e efetiva, com diálogo franco e corajoso, que exponha nossa realidade e convença os órgãos decisórios, sejam internos à Justiça, sejam externos como Executivo e Legislativo, sem o que poderemos soar no vazio.

Também precisamos garantir dignidade para pessoas com mais tempo de casa para que se adaptem a questões de tecnologia, sistema múltiplo de portas e, por que não, inteligência artificial. A sociedade é digital e pautada por ciência de dados, criatividade e inovação. Vamos aumentar o quadro com novos talentos, mas vamos valorizar a prata da casa que sempre nos surpreende com inovações. O arroubo tecnológico de hoje pode ser a qualidade de vida agora e depois.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

Outro ponto. Descentralizar as decisões de teletrabalho para os gabinetes e varas, abolindo controles e fiscalizações que mais aterrorizam e pouco contribuem. Não parece razoável estipular uma obrigatoriedade de comparecimento além do necessário. Se um assessor produz 4 vezes mais em casa para quê comparecer presencialmente com perda de produtividade e demandando mais a Gestão de Pessoas por mais cabeças e corpos? Pessoas têm sua dignidade, responsabilidade. São mais que metonímias ou caprichos que reduzem a produtividade. Vamos, com todo acatamento, apostar no contemporâneo, na tecnologia, na redução da poluição, na humanização da mãe e do pai que pode cuidar mais de sua criança, na promoção da acessibilidade digital, na governança descentralizada do teletrabalho e na promoção da produtividade por criatividade, humanização e dignidade.

Alvaro Alves Nôga

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

Queremos deixar bem claro que o aumento de distribuição tem um lado positivo para nós. Temos conexão com os empresários, com os trabalhadores, com o social, o popular, o jurisdicionado. É sinal de que a Justiça do Trabalho possui elevada credibilidade perante a sociedade. Nosso impacto é sensível. Situações que ocorrem intramuros viralizam na internet. Apoiados somos. Reconheçamos ou não, nos transformamos em um Centro de Excelência na prestação jurisdicional e demais serviços públicos. Não é apenas tecnologia de que estamos falando, mas uma qualidade humana para atender.

Lembramos de uma escola como EJUD2, a propósito da qual ousou afirmar que atua como em nenhum lugar do mundo, com tamanha produtividade em cortes do trabalho, é a titular em um campeonato de que no fundo o Brasil é campeão disparado.

Como mencionamos na primeira questão, reiteramos. Nosso foco é buscar a equalização da carga de trabalho regional e nacionalmente. Temos amigas e amigos que conseguiram fazer isso em outros regionais. Nosso compromisso para os 100 primeiros dias, mantendo anualmente ao menos dois novos assistentes ou assessores nos gabinetes, novas varas no interior, realocações de varas para garantir o legado de dignidade por meio da equalização. Quanto maior o apoio, a nossa gestão poderá entregar mais.

Já nos primeiros dias avançaremos na proposta de um novo concurso da magistratura e para servidoras e servidores públicos. Levamos ao conhecimento de todos o que a nossa Região tem em mente para solução de seus próprios e efetivos problemas. Não descartamos aproveitamento de listas ou regionalização, se necessário for, mas precisamos ser mais céleres.

Somos, enfim, a candidatura engajada para a dignidade da Justiça do Trabalho. Não há o que temer em permanecer com as virtudes já conquistadas e mesmo assim mudar para melhorar.

O apoio concreto da Amatra e para a Amatra, no sentido de construir um legado para humanizar e para restaurar a dignidade no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, é objetivo tangível e é nossa atribuição como um todo.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONHEÇA QUEM SÃO OS CANDIDATOS NA DISPUTA PARA OS CARGOS DO CORPO DIRETIVO DO TRIBUNAL

A eleição acontece
em 01 de agosto



MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

1. Atividades profissionais: Servidora do TRT da 2ª Região, desde 1977. Juíza do Trabalho Substituta no TRT da 2ª Região, a partir de janeiro de 1993. Juíza do Trabalho Presidente de Vara, a partir de novembro de 1997. Juíza auxiliar da Presidência do TRT 2, de 2002 a 2003. Desembargadora do Trabalho do TRT da 2ª Região, desde março de 2015. Presidente da 12ª Turma do TRT 2, nos períodos de 2018/2020, 2020/22. Vice-Presidente Administrativa do TRT2, do biênio 2022/2024. 2. Cursos: Formada em Direito em 1979. Conclusão de créditos para o Mestrado da PUC/SP. Mestre em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa. Doutoranda na Universidade Autônoma de Lisboa. Cursos básicos de Italiano, Francês e Inglês. Participações em Congressos Nacionais na área de Direito e Processo do Trabalho e Processo Civil. Participação em Congresso Internacional em Washington, em 2013 em Lisboa em 2014, na área do Direito e Processo do Trabalho. Participação no 9º Curso de Formação Continuada sobre Administração Judiciária de TRT e da ENAMAT, realizado no TST, no período de 7 a 9 de junho de 2022. 3. Docência: Professora Auxiliar na área de Direito do Trabalho, junto a PUC/SP, de 1988 a fevereiro de 2006. 4. Artigo publicado Revista eletrônica do TRT da 9ª Região, em 2019: “Trabalho infantil e de adolescentes e a Convenção nº 182 da OIT.” (<<http://www.mflip.com.br/pub/escolajudicial/>>). 5. Ordem do mérito Condecorada com a Medalha de Ouro, oferecida pelo TRT 15ª Região, em 12 de maio de 2022.

MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Inicialmente, agradeço à AMATRA-2 a oportunidade de falar um pouco sobre a minha candidatura à Presidência do nosso querido TRT-2. Cumprimento a todos os leitores. Com honra e entusiasmo, coloquei-me à disposição para liderar este importante Tribunal. Produzi uma carta compromisso, que ora disponibilizo à Amatra-2, onde reafirmo que será uma gestão acolhedora, participativa e flexível. Há algumas ideias centrais que devem pautar minha administração, como a já afirmada gestão participativa e a garantia de maior autonomia aos Desembargadores e aos Juízes na organização da força de trabalho dos Gabinetes e das Varas. Pretendo atuar junto aos Conselhos Superiores para levar nossas necessidades, inclusive para viabilizar o incremento do orçamento para possibilitar o pagamento de passivos e a implementação de melhorias nas condições de trabalho e, por consequência, na saúde de todos. Pretendo fortalecer o uso das tecnologias e marcar a minha gestão pela transparência, sempre com foco no diálogo e na cooperação.

MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

2-) É bandeira histórica da AMATRA-2 a realização de eleições diretas nos Tribunais, com a possibilidade de voto a todos os magistrados. O que o(a) candidato(a) pensa sobre isso?

A ideia precisa de amadurecimento, de modo que me coloco, desde já, ao diálogo com todos, mesmo antes de isso ser realidade formal. A gestão participativa será característica forte de minha administração. Estou e estarei à disposição para ouvir novas ideias sobre quaisquer assuntos de interesse do Tribunal e das pessoas que nele trabalham.

MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

A prestação jurisdicional e a qualidade de vida de todos dependem de um quadro de pessoal mais adequado, falando em números. Além de servidores, precisamos preencher as vagas de Juízes e ampliar o número de Desembargadores no Tribunal. Vou manter diálogo aberto e assertivo com Brasília para viabilizar a isonomia com os maiores tribunais do país no que concerne ao número da força laboral.

MARIA ELIZABETH MOSTARDO NUNES

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

Compreendo a preocupação e vivo o excesso de trabalho como integrante deste Tribunal. Vou trabalhar incansavelmente para aprovar o projeto de aumento do número de Desembargadores sem aumento de despesa, o qual tive a oportunidade de Relatar e votar a favor como Vice-Presidente Administrativa na atual gestão, junto aos Conselhos e ao Congresso Nacional. Nossa gestão irá monitorar e mapear os locais que precisam de atenção pelo número de novos processos. Há mecanismos, como a Justiça 4.0, que podem contribuir para a divisão mais racional da carga de trabalho. Para isso, espero contar com o voto dos meus pares, para que construamos juntos o futuro.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONHEÇA QUEM SÃO OS CANDIDATOS NA DISPUTA PARA OS CARGOS DO CORPO DIRETIVO DO TRIBUNAL

A eleição acontece
em 01 de agosto



TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

Chefiei a Assessoria Jurídica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos por 10 anos, após concurso para uma única vaga, quando tive êxito e assumi o cargo. Pratiquei todos os ramos de Direito, inclusive Direito Administrativo, tendo presidido por nove anos a Comissão de Licitação de Obras e Serviços.

Sai dos Correios para assumir a Magistratura do Trabalho, em janeiro de 1985.

Fui Juíza Substituta e depois Titular, atuando nas JCs de Guarulhos, transformadas depois em Varas. De Guarulhos só sai em 1995, para substituir no Tribunal, sendo promovida a Desembargadora em julho de 2001.

Sempre tive na Magistratura participação efetiva. Sempre me pronunciei sobre os temas importantes em alto e bom som, nas Turmas, no Plenário e em todas as várias comissões que integrei ou presidi, no Tribunal.

Fui Desembargadora Auxiliar da Corregedoria e Vice-Presidente Administrativa, cargo que exerci em tempos muito difíceis de pandemia.

Na vida associativa, exerci vários cargos de direção, tendo sido /Diretora de Benefícios e Diretora Social.

Fui também Vice-presidente da AMATRA 2.

TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Estamos sendo desafiados. Precisamos fazer o esforço difícil e incômodo de pensar este momento novo com visão crítica, para poder responder à expectativa da sociedade de que estamos preparados para encontrar soluções adequadas para os conflitos que a evolução histórico-social criou.

O Juiz do Trabalho, dadas as peculiaridades que caracterizam esse Direito, de natureza eminentemente social, não pode ser um mero aplicador de silogismos calcados em premissas decorrentes de fria e meramente textual interpretação da lei.

Dentro do contexto histórico atual, o Juiz do Trabalho deve assumir com coragem e determinação e em toda a sua dimensão o papel de guardião da garantia dos direitos fundamentais do trabalhador.

Mas, para alcançar este objetivo, o magistrado precisa ter condições propícias, para realizar o seu mister, a começar pela completa higidez física e mental, atualmente muito comprometidas pelo volume de trabalho que deve realizar.

A saúde física e mental do magistrado anda muito comprometida, em razão do trabalho, sempre solitário e extenuante, da falta de pessoal de assessoria, de pautas e julgamentos em numero excessivos, que não permitem seu aperfeiçoamento cultural, da exigência de metas muitas vezes impossíveis para um Tribunal com o volume e a complexidade do acervo da 2ª. Região. Some-se a isso o nível e a forma das exigências e a completa falta de reconhecimento pelo trabalho realizado.

Eis a nossa proposta principal: demonstrar estas carências e reivindicar melhores e mais justas condições de trabalho, com reconhecimento da excelência do trabalho realizado. Isto tudo vale para o primeiro e segundo grau de jurisdição.

TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

2-) É bandeira histórica da AMATRA-2 a realização de eleições diretas nos Tribunais, com a possibilidade de voto a todos os magistrados. O que o(a) candidato(a) pensa sobre isso?

No que tange as eleições diretas, com participação de todos os magistrados, tenho manifestado a minha posição contrária. Acho que a escolha requer o conhecimento da capacidade e do trabalho dos candidatos e os juízes de primeiro grau desconhecem a atuação dos desembargadores.

TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

Pretendo realizar um estudo pormenorizado e real da quantidade do trabalho e do quadro de servidores de todos os Regionais, para demonstrar a total carência e descompasso do quadro de servidores do nosso Tribunal, com o fito de demonstrar, de forma objetiva,, o tamanho de nossas carências e a profundidade da injustiça que tem sido feita à 2ª. Região, no que respeita à distribuição de pessoal e conseqüentemente a fixação de metas a serem cumpridas.

Ou seja, temos que nos munir de material de convencimento, para reivindicar mais servidores ao TST.

TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

Tomo a liberdade de, mais uma vez, participar-lhes minhas intenções e alguns dos princípios que acredito devem ser observados na gestão deste Tribunal no próximo biênio. Reafirmo que estou convicta de que, unidos e por meio de uma liderança coesa e propositiva, em conjunto com o Tribunal Pleno, poderemos aperfeiçoar nosso tribunal para torná-lo mais dinâmico e acessível, impactando positivamente a vida das pessoas, sejam estas jurisdicionados, magistrados, servidores, terceiros ou parceiros.

Como já tive a oportunidade de afirmar, os tempos atuais estão a exigir a imediata valorização do 2º Grau que beira o colapso. Além da criação de novos cargos de Desembargador, medida já iniciada mas que deve ser atentamente acompanhada e impulsionada,

Impõem-se ações adicionais como a priorização na lotação dos gabinetes para que nos aproximemos do mínimo de 12 servidores preconizado pela Resolução CSJT nº 296.

Ainda, é hora de viabilizarmos a utilização de ferramentas de tecnologia da informação que, associadas à atuação de equipes de magistrados e servidores, viabilizem a redução dos saldos pendentes e o tratamento do acervo distribuído. É importante buscar a automação de tarefas repetitivas permitindo que nossos servidores, devidamente capacitados, concentrem seus esforços em áreas mais estratégicas e intelectualmente desafiadoras. A tecnologia da informação precisa assumir o papel de aliada efetiva na entrega da prestação jurisdicional.

É essencial que coloquemos em prática as atividades do Laboratório de Inovação, viabilizando a busca de soluções inteligentes para problemas relevantes enfrentados pela instituição. A prioridade é utilizar tecnologia avançada para otimizar os processos de trabalho e diminuir os gargalos existentes em todas as áreas.

Nessa linha, também, a implantação dos Núcleos de Justiça 4.0 que impulsionam a transformação digital, a desburocratização, o processamento 100% digital e servem como ferramenta para equalizar a quantidade de processos nas unidades judiciárias de 1º grau que excedem a média regional, além de oferecer suporte aos Gabinetes em 2ª Instância.

TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

Não há que se relegar, é claro, a importância da conciliação, ferramenta que tipifica a Justiça do Trabalho. A atuação dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) deve ser ampliada e fortalecida no 1º e 2º Graus.

Nossos desafios são gigantescos assim como nosso trabalho, mas temos uma equipe de magistrados e servidores excepcional, apta à transformação, que deve ser sempre muito valorizada, motivada e premiada com a inovação.

Ressalto que me candidato à Presidência deste Tribunal com o compromisso de plena dedicação na busca pelo aperfeiçoamento da instituição, sem olvidar a valorização e o respeito às pessoas.

Sirvo a esta Justiça do Trabalho há 40 anos e como diria o poeta, “Mais servira se não fora, para tão longo amor, tão curta a vida” (Luís de Camões).

Termino mais uma vez tomando por empréstimo a sabedoria do poeta Fernando Pessoa que nos impulsiona em nossa trajetória ao dizer “sinto-me nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo”.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONHEÇA QUEM SÃO OS CANDIDATOS NA DISPUTA PARA OS CARGOS DO CORPO DIRETIVO DO TRIBUNAL

A eleição acontece
em 01 de agosto



VALDIR FLORINDO

tomou posse como desembargador na 2ª Região em janeiro de 2003, em vaga do quinto constitucional destinada à advocacia. Durante vinte anos atuou no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: iniciou como advogado em 1988 e foi coordenador-geral do departamento jurídico a partir de 1998. No TRT-2, presidiu a 6ª Turma (biênios 2006/2008, 2008/2010 e 2014/2016) e a Seção Especializada em Dissídios Individuais-4 (de 2010/2012 a 2014/2016). É professor de direito e processo do trabalho e possui especialização nessas cadeiras pela Universidad de Castilla-La Mancha, Campus Del Toledo-España. No biênio 2020-2022, exerceu o cargo de vice-presidente judicial do TRT-2 e atualmente preside a Seção Especializada em Dissídios Coletivos do órgão.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Nossas mensagens aos colegas desembargadores do nosso TRT da 2ª. Região sempre são pontuadas de forma respeitosa e sincera, como é consabido por todos. O mesmo espírito permeia essa nossa oportunidade de falar, proporcionada pela AMATRA-2, para nos dirigirmos aos colegas e 1ª instância como também a toda sociedade.

Nossas propostas são fundamentadas na colaboração e na própria experiência da magistratura: Nosso respeito é histórico, apoiado em mais de 20 anos de exercício na judicatura em nosso TRT-2 e em mais de 35 anos a serviço do direito e da justiça do trabalho.

Renovando os pilares centrais de nosso programa, enfatizamos os Valores Culturais de nosso Tribunal, os Recursos Humanos representados por um contingente que prima pela excelência de seus serviços, milhares de mulheres e homens que sustentam bravamente nossas atividades institucionais. O entusiasmo e a dinâmica que a atuação do TRT-2 revela, impulsiona a todos na busca por melhores recursos materiais e de suporte humano.

Mas essas vias mestras, simbolizadas por “pilares”, exigem a repercussão em ações estratégicas, ações de inteligência. A crença inabalável é sempre adequar nossas estruturas e investir fortemente na qualificação de competências de servidores e magistrados. É na governança corporativa e na sua difusão como valor, especialmente para os órgãos de controle do Poder Judiciário e Administração Federal, que reside um traço distintivo de nossa ação.

Muito se fala sobre os desafios da modernidade e os temas são candentes: inteligência artificial, sistemas automatizados de indicação de precedentes jurisprudenciais, competência trabalhista, novos instrumentos processuais etc. Nosso desafio será compreender e saber lidar com esses novos cenários!

São temas novos que exigirão preparo e, principalmente, um árduo trabalho de convencimento dos órgãos de direção do judiciário e do legislativo na busca por soluções integradas e conjuntas.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

1-) Qual o seu plano de trabalho para administrar o maior Tribunal Regional do Trabalho do País? Há propostas específicas para a primeira e a segunda instância?

Outros temas são bem concretos e permanecem em nosso radar: o aumento urgente do número de servidores na 1ª instância, dando especial atenção a nossa à atividade fim, sem desproteger outras, igualmente necessárias.

Nosso comprometimento para elevar ainda mais os níveis de excelência dos nossos serviços prestados à sociedade torna-se relevante para cumprimento de missão social de nosso Tribunal.

Essa necessidade de aperfeiçoamento está batendo à nossa porta, e prova disso podemos observar na própria questão que nos é colocada.

Ainda sobre esse tema, a busca pela ampliação de quadros de Juízes e Desembargadores deve ser uma constante e exige um árduo esforço de todos os magistrados, apoiados por outras respeitáveis entidades de projeção e importância.

Um fato que exige uma resposta imediata é o retorno à regionalização dos concursos de ingresso a magistratura com amplos benefícios. E, um dos mais característicos é mensagem de acolhimento e fixação social e cultural dos magistrados a nossa terra, aos nossos problemas e sua integração com nossos desafios. Importante que isso não é nenhum pensamento refratário a boa recepção de quem elege nosso tribunal, mas temos assistido concurso após concurso que a 2ª Região é fornecedora qualificada de contingentes preparados de magistrados substitutos que seguem para outros regionais.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

2-) É bandeira histórica da AMATRA-2 a realização de eleições diretas nos Tribunais, com a possibilidade de voto a todos os magistrados. O que o(a) candidato(a) pensa sobre isso?

Minha simpatia pessoal com esse tema marca, como é sabido, minha história profissional. Relembro minha trajetória de participação ativa em movimentos sindicais, associativos e acadêmicos de renomada importância.

Nos últimos dois anos tenho me debruçado sob esse tema e minha visão democrática não descolou do ideal coletivo que é tão importante para nossas instituições. Só aprimorou!

O que nos chama a atenção é a ideia de uma verdadeira negociação com todos os públicos que podem ser atingidos com uma mudança tão importante como essa. Aliás, esse é também um traço de responsabilidade democrática e republicana que nos une.

A palavra-chave dessa inspiração talvez seja “amadurecimento” por meio do diálogo e serenidade das expectativas de todos os envolvidos. Juízes não são conhecidos por serem açodados, pois os custos de nossas decisões podem ser altos, daí a segurança no caminho.

Precisamos nos proteger, a todos e sem distinção, de conhecidos riscos como o populismo, do casuísmo e da ausência de comprometimento, elementos que fundam qualquer entidade social de envergadura, como é nosso TRT-2.

Já demos passos concretos na direção da ampliação de cargos elegíveis e fixação de critério de elegibilidade bem negociados. Especialmente para os cargos diretos

Nossa proposta é a continuação do debate sério, honesto e comprometido, lembrado que essa agenda é tão importante que não pode aceitar imposições de qualquer natureza.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

Já sublinhei em outro momento que o problema da carência de servidores no TRT-2 tem persistido, sem desconsiderar todos os esforços feitos pelas administrações anteriores.

Todavia, temos, agora, um momento histórico distinto e que pode representar uma oportunidade de retomada de nosso lugar no cenário nacional, especialmente no que concerne ao orçamento federal.

São Paulo é um centro de atração econômico e político que reverbera em todo país. Sem deixar de lado que as posições políticas que conduzem os orçamentos federais, estes são influenciadas pelas mais diversas forças,- distintas e legítimas-, nossa ação deve ser ativa, muito ativa.

Os governantes e as entidades que eles representam, aí incluídos os detentores do poder político e administrativo federal e estadual, executivo, legislativo e judicial precisam se aproximar do nosso Tribunal. Precisam sentir nossa realidade e a importância que nossa instituição tem nesta nossa terra, nesse nosso espaço, nessa nossa competência; e isso se faz dando passos em direção a esses atores sociais que precisam ser provocados salutarmente.

As estatísticas da 2ª Região são bem conhecidas pelos paulistas. Mas a sensação é de que o restante do país não nos valoriza na medida da importância de nossa contribuição para o desenvolvimento social. E não é só pelo papel pacificador da nossa justiça. A pandemia da Covid-19 mostrou, por exemplo, como o SUS é importante e muitas vezes não é lembrado que são as contribuições sociais de trabalhadores e empresas que o sustenta. Assim como sustentam a segurança pública, as escolas e todos os equipamentos e instalações urbanas. O trabalho do povo paulista é fundamenta para essa construção.

Nossa proposta é de exercitar fortemente as conexões do nosso TRT-2 com as mais diversas autoridades para formar uma rede de conscientização e sensibilização sem a qual permaneceremos nos mesmos níveis de orçamento e de atenção das autoridades.

Por isso, precisamos nos movimentar, visitar gabinetes em Brasília, levar nossa palavra e nossas necessidades a todos que puderem nos ouvir e contribuir para nosso bom desenvolvimento. Claro que não é fácil, mas é preciso enfrentar essa marcha.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

3-) Qual o plano do(a) candidato(a) para resolver o problema crítico de carência de servidores no TRT da 2ª Região?

E, sem dúvida, a mídia tem um papel importante nessa estratégia pois, a cada momento, vemos crescer a intensidade da comunicação social na demonstração de nossa necessidade de nossos trabalhos: temos que trabalhar sem medo de mostrar nossas carências e necessidades estruturais a bem da sociedade.

Esse é um caminho que exige de nós a coragem e determinação que nos distingue.

Já chamei esse movimento de "diálogo incansável" e cada vez mais estou convencido de que esse caminho é o plano que precisamos para ter abertura e engajamento para nossas demandas mais legítimas.

Outros tribunais Brasil a fora já exercitam a saudável aproximação com os centros de poder. É chegada a hora de usarmos dos mesmos bons expedientes. Mais que nunca é preciso mostrar que as diferenças regionais só realçam a enormidade de nosso Tribunal do Trabalho da 2ª Região.

As metas institucionais determinadas pelas instâncias superiores da nossa justiça impactam igualmente na saúde de nossos magistrados e até no nível de atração da carreira para novos valores. Nossos números estão sendo alcançado às custas da saúde e merecido descanso de nossos colegas e essa realidade já se mostra aos olhos atentos de novos juízes.

Sublinhamos, como sempre fizemos, que o nosso TRT-2 é altamente qualificado, mas exige que suas qualidades sejam adequadamente observadas e noticiadas para que essa força e inteligência não esmoreça em face de sua missão constitucional e de nossa responsabilidade com nosso país.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

A importância da justiça do trabalho hoje é evidenciada tanto pelo seu gigantesco número de processos como na sentida desconstrução de nossa competência.

Nos parece revelador que o aumento de trabalho, pelo aumento de distribuição no 1º e 2º graus do TRT-2, mostra como somos relevantes. E, em administração pública, a relevância de um serviço não pode ser minimizada sob pena de resultar em atividades da crítica cada vez mais facilmente ouvidas pelas mídias sociais e institucionais.

Já enfrentamos esses ataques anteriormente, e sabemos que não faltam propostas até de extinção da justiça do trabalho, vez ou outra ressuscitadas. Quando da edição da Emenda Constitucional no. 45, imaginamos que a elevação da importância dessa missão não nos colocasse frente a frente com essa inimaginável realidade da elevação de processos. Isso mostra que mesmo as transformações do mundo do trabalho, tal como a “pejotização”, as plataformas de serviços, as novas formas de contratação de trabalhadores, tudo isso não resolve o problema de justiça que a população busca e que só nossa instituição, preparada e vocacionada pode oferecer. Vimos faz pouco tempo, como os advogados trabalhistas, ministério público e outras instituições apoiam nossa existência e nossa atuação. Temos, pois, que conseguir apoios crescentes dos segmentos sociais e econômicos que entendem a importância dessa demanda e lutar junto às esferas políticas e administrativas nacionais, de modo a alcançar melhorias reais para nossa 2ª Região.

Tenhamos todos que o desenvolvimento econômico implica em uma dupla manifestação de demandas: primeiro lugar, um crescente número relações de trabalho, fruto do aquecimento econômico bem-vindo, mas nem sempre estabelecidos de forma saudável na sociedade; e, em segundo lugar, um número naturalmente elevado de lesões nos direitos de trabalhadores junto às faixas de menor capacidade de reação. Essa mistura leva a um quadro bem preocupante.

VALDIR FLORINDO

CONCORRE AO CARGO DE PRESIDENTE

4-) Qual o plano do(a) candidato(a) para o aumento da distribuição no 2º grau, bem como elevada distribuição em várias Varas do Trabalho no TRT da 2ª Região?

E, suma, só com o robustecimento da ação de nosso tribunal, utilizando todos os instrumentos legais disponíveis, é que poderemos equilibrar os fatores de demanda de nossos serviços e o oferecimento de qualidade que se espera. Essa, nos parece, é a melhor forma de dar conta da elevada distribuição de ações em todas as nossas instancias.

Por isso a convocação é geral: temos que mostrar nossa atividade e nossa importância como forma de sobrevivência digna da justiça em nossa região. É esse meu firme compromisso.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO



ANTERO ARANTES MARTINS

Formado pela Faculdade de direito da Universidade Mackenzie (1.988), Mestre em Direito do Trabalho (Direito Social) pela Pontifícia Universidade Católica (2002), Pós-Graduado em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2016). Tomou posse como juiz substituto do TRT-2 (1993). Foi promovido ao cargo de presidente da 13ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Paulo-SP (1997). Foi vice-presidente da AMATRA2 (2002/2004). Foi promovido a desembargador (2014). Foi integrante da Comissão de Uniformização de Jurisprudência (2014/2016 e 2016/2018) e da Comissão de Regimento interno (2018/2020, 2020/2022 e 2022/2024). Integrou, ai nda como juiz convocado, os Comitês de Planejamento e Gestão (2.011/2014) e de Tecnologia da Informação (2.011/2014). Integrou a Comissão para criação dos critérios objetivos para promoção de magistrados e acesso ao Tribunal (2017/2018) e coordenou a Comissão de Revisão destes critérios (2020/2024). Participou de diversas bancas para concursos da magistratura do trabalho. Presidiu a SDI-4 (2018/2020) e a 6ª Turma (2016/2018) que está atualmente sob sua presidência (2022/2024). É professor universitário desde 1.999 lecionando as disciplinas de direito e processo do trabalho.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Auxiliar a Presidência da Corte em questões administrativas através de competência originária ou delegada.

Buscar formas de aprimoramento do funcionamento do Tribunal a fim de que novos instrumentos de trabalho possam ser utilizados, assim como novos mecanismos de julgamento.

Agilizar, dentro da Vice-Presidência Administrativa, o processamento dos PROAD's, notadamente aqueles voltados à promoção de magistrados e acesso ao Tribunal.

Atuar, nos limites de sua competência, pela harmonia institucional entre os magistrados, advogados e membros do Ministério Público visando o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO



MARCELO FREIRE GONÇALVES

ingressou na magistratura em 1998, em vaga do quinto constitucional destinada ao Ministério Público do Trabalho. Atuou como Procurador do Trabalho concursado a partir de 1985. No TRT da 2ª Região, foi presidente da 12ª Turma (2008/2009 e 2010/2012), da Seção Especializada em Dissídios Individuais-8 (2010/2012), conselheiro da Escola da Magistratura do Trabalho da 2ª Região (2008/2010) e da Escola Judicial do TRT-2 (2018/2020). É professor universitário desde 1991, nas áreas de direito do trabalho e direito processual do trabalho. Exerceu o cargo de Corregedor Regional do TRT da 2ª Região no período de maio a setembro de 2022, em vaga ocupada por antiguidade. Eleito para o cargo de Vice-Presidente Judicial do TRT da 2ª Região no biênio 2022/2024.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Como Vice-Presidente Administrativo terei atuação voltada para a melhoria de nossas condições de trabalho, atuando com força em Brasília, junto ao CSJT, para superar o déficit elevado de servidores que atinge Varas do Trabalho e gabinetes de Desembargadores.

Atuarei, também, para que se façam as alterações necessárias no Regimento Interno desta Corte, com vistas à adequação efetiva às demandas.

Tenho por meta, outrossim, que o pagamento da LC seja destinado a todos sem exceção, Juízes de 1ª Instância e Desembargadores.

Irei estudar com afinco cada demanda submetida à apreciação da Vice-Presidência Administrativa trazendo solução efetivamente justa.

A pedra de toque de nosso trabalho será atuar com fundamento na empatia, se colocando efetivamente no lugar do outro. Atender a todos com simplicidade e objetividade, deixando as portas da Vice-Presidência Administrativa abertas a todos, sem perder de vista a humildade, vez que todas as contribuições trazidas pelos colegas magistrados são de suma importância para fazer cada vez melhor o maior Tribunal do país.

Trabalharemos com força para que todos os procedimentos administrativos a serem submetidos à apreciação do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, sejam analisados de forma célere e sempre em respeito à Justiça que deve nortear todas as decisões desta Corte.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE JUDICIAL



FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO

ingressou no TRT-2 como servidor em 1981 e como juiz substituto em 1988. Foi promovido a juiz titular da 2ª Vara do Trabalho de Santo André-SP (1993), removido a pedido para 1ª Vara de São Caetano do Sul-SP (2002) e posteriormente promovido a desembargador (2010). No Tribunal, atuou junto a 12ª Turma (2010 a 2012), presidiu a Comissão de Regimento Interno (2018/2020) e atualmente integra a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (desde 2010) bem como a 14ª Turma (desde 2012). Bacharel em direito pela Universidade de São Paulo e mestre em direito das relações sociais pela Pontifícia Universidade Católica, é autor de artigos para revistas especializadas e livros nas áreas de direito e processo do trabalho.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

1. RACIONALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS TÓPICOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE REVISTA. 2. REFORMULAÇÃO FUNCIONAL DO NÚCLEO DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS DE REVISTA. 3. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL DA COMPETÊNCIA DA SDC. 4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL QUANTO AO PROCEDIMENTO DOS DISSÍDIOS COLETIVOS 5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO REGIMENTAL QUANTO A UNIFORMIZAÇÃO DOS PRECEDENTES DA SDC. 6. VALORIZAÇÃO DA ATUAÇÃO E DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO TRT - 2ª REGIÃO QUANTO AO PROCESSAMENTO DOS RECURSOS DE REVISTA CONSIDERANDO O TST COMO ÓRGÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DA NORMA CONSTITUCIONAL E DA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL TRABALHISTA. 7. PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL NAS SESSÕES DA SDC DO TRIBUNAL. 8. MUDANÇA DO ENFOQUE DO "COMUM ACORDO" JUNTO AS ENTIDADES SINDICAIS. 9. VALORIZAÇÃO DO DIALOGO INSTITUCIONAL COM AS INSTITUIÇÕES E AS EMPRESAS NA INSTRUÇÃO DOS DISSÍDIOS COLETIVOS. 10. VALORIZAÇÃO DA PRESENÇA DA VPJ NOS PROCEDIMENTOS CONCILIATÓRIOS PRÉ-PROCESSUAIS. 11. PROPOSTA DA CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE APOIO A VPJ EM ASSUNTOS ECONÔMICOS PARA FINS DE INSTRUÇÃO DOS DISSÍDIOS COLETIVOS. 12. ATUAR DE FORMA CONJUNTA COM A ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL PARA A VALORIZAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DA VPJ. 13. CRIAÇÃO DE UM BANCO DE ENTENDIMENTOS DA SDC DESTE TRIBUNAL QUANTO À INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS FORMULADAS EM DISSÍDIOS COLETIVOS, COM DESTAQUE, PARA A REVISÃO DOS PRECEDENTES NORMATIVOS E DAS ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE VICE-PRESIDENTE JUDICIAL



SIDNEI ALVES TEIXEIRA

ingressou como desembargador na 2ª Região em 2010, em vaga do quinto constitucional destinada a membros do Ministério Público do Trabalho. Anteriormente, exerceu no ano de 1993 o cargo de Juiz do Trabalho no TRT-15 e a partir daquele ano, até 2010, o de Procurador do Trabalho, atuando com ênfase em dissídios coletivos. No TRT-2, participou de diversas bancas de concurso para ingresso na magistratura do trabalho e, atualmente, integra a 5ª Turma. É pós-graduado em Direito pela Universidade de São Paulo, instituição em que também concluiu o bacharelado.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- Cumprir fielmente com as competências estabelecidas no Regimento Interno;
- Ofertar especial atenção à metodologia de composição prévia de eventuais litígios coletivos e metaindividuais, antevendo a sua judicialização, buscando contatos com os mais diversos atores sociais nesse sentido;
- Atuar com intensidade junto ao setor de Recurso de Revista objetivando efetuar uma célere emissão de juízo de admissibilidade aos feitos que lhe são endereçados, tendo em conta a eficácia da prestação jurisdicional;
- Aperfeiçoar os métodos e processos dos trâmites judiciais e administrativos afeitos à Vice-Presidência Judicial de modo a simplificá-los, tornando a eficiência e celeridade um norte a ser alcançado diuturnamente; e eliminar aqueles que não puderem ser aperfeiçoados;
- Buscar o diálogo e, dentro do possível, o consenso nos mais diversos setores que compõem o Tribunal.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE CORREGEDOR(A)



ARMANDO AUGUSTO PINHEIRO PIRES

Funcionário da Justiça do Trabalho de São Paulo de 1980 a 1993, exercendo o cargo de auxiliar judiciário e técnico judiciário, atuando como secretário de audiência, assistente de juiz e diretor de secretaria. Aprovado em Concurso da Magistratura do Trabalho do TRT da 2ª Região em 1992, atuando como Juiz do Trabalho Substituto até 1996. Em maio/1996, foi nomeado por merecimento ao cargo de Juiz do Trabalho Titular da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo. Em janeiro/2002, assumiu a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul. Em junho de 2014 tomou posse como desembargador junto ao TRT de São Paulo, onde se encontra atuando até hoje, sendo atualmente membro da 10ª Turma. Participou de várias comissões do TRT-2, inclusive o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações do TRT, tendo sido membro, também, do Comitê Estadual de Precatórios do Estado de São Paulo. Compõe, atualmente, a Comissão Especial do Plano de Saúde e coordena o Comitê de Documentação e Memória. Também foi membro Conselheiro da Escola Judicial do TRT da 2ª Região, no biênio outubro/2014 – outubro/2016. Preside atualmente a 10ª Turma deste Regional.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

COMO A MAIOR CORTE TRABALHISTA DO BRASIL, O TRT DE SÃO PAULO ENFRENTA UMA DEMANDA PROCESSUAL SEM PRECEDENTES. NOSSO OBJETIVO IMEDIATO É GERENCIAR E ORIENTAR O VASTO CORPO DE JUÍZES E SERVIDORES QUE COMPÕEM ESTA ESTRUTURA NO ÂMBITO DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO. NO DIA A DIA, BUSCAMOS NÃO APENAS REAFIRMAR, MAS FORTALECER E REIVINDICAR O PAPEL DE LIDERANÇA HISTÓRICA DE NOSSA INSTITUIÇÃO, APRIMORANDO A EFICIÊNCIA DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS E SERVINDO A SOCIEDADE COM UMA ATUAÇÃO CÉLERE E EFICAZ. QUEREMOS PROMOVER UM TRABALHO DE ALTA QUALIDADE NA COORDENAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E TAREFAS ATRIBUÍDAS AOS NOSSOS JUÍZES, ESPERANDO DELES ENTUSIASMO E PAIXÃO PELO OFÍCIO DE JULGAR, SEM PERDER DE VISTA O OLHAR EMPÁTICO PARA AS SITUAÇÕES ENFRENTADAS DIANTE DA RECONHECIDA SOBRECARGA DE TRABALHO.

ESTAMOS COMPROMETIDOS EM CRIAR E IMPLEMENTAR MECANISMOS TRANSPARENTES DE APOIO QUE PROMOVAM O APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DAS UNIDADES E FACILITEM A PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. VEJO A OPORTUNIDADE DE NÃO APENAS MONITORAR, MAS TAMBÉM BUSCAR FERRAMENTAS DE SUPORTE QUE POTENCIALIZEM A EFICÁCIA E A PRODUTIVIDADE.

UMA DAS PRIORIDADES SERÁ A PARCERIA COM O LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, VISANDO INCREMENTAR O PENSAMENTO CRIATIVO E ESTIMULAR MAGISTRADOS E SERVIDORES A INOVAR NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS. ATRAVÉS DE PROJETOS COLABORATIVOS E SESSÕES DE BRAINSTORMING, BUSCAMOS SOLUÇÕES INOVADORAS PARA DESAFIOS COTIDIANOS.

EM RELAÇÃO À PRIMEIRA INSTÂNCIA, PROPOMOS VÁRIAS AÇÕES ESPECÍFICAS. VAMOS OTIMIZAR O PROCESSO DE CONVOCAÇÃO PARA TRAZER MAIS EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E PREVISIBILIDADE, UTILIZANDO A RESERVA TÉCNICA DE FORMA MAIS EFICAZ PARA SUPRIR NECESSIDADES URGENTES DAS VARAS COM DÉFICIT. TAMBÉM VAMOS APRIMORAR O SISTEMA DE CONTROLE DE CONVOCAÇÃO, IMPLEMENTANDO SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS QUE GARANTAM DESIGNAÇÕES EFICIENTES E MINIMIZANDO RECLAMAÇÕES. INFORMAREMOS DE FORMA CLARA AS REGRAS APLICÁVEIS ÀS CONVOCAÇÕES, INDICANDO O DIREITO A AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS QUANDO DESIGNADO PARA OUTRA CIRCUNSCRIÇÃO.

ALÉM DISSO, INCENTIVAREMOS A DIVISÃO OBJETIVA DAS TAREFAS ENTRE OS MAGISTRADOS EM REGIME DE AUXÍLIO FIXO E A COMUNICAÇÃO SOBRE AFASTAMENTOS PREVISÍVEIS PARA FACILITAR O PLANEJAMENTO E EVITAR INTERRUPÇÕES. DEMANDAREMOS À EJUD E AO CENTRO DE EXCELÊNCIA O DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÕES ESPECÍFICAS PARA INCREMENTAR AS COMPETÊNCIAS FUNCIONAIS DOS SERVIDORES DE PRIMEIRO GRAU, ESTIMULANDO SUA PARTICIPAÇÃO. FOMENTAREMOS ENCONTROS ENTRE DIRETORES DE UNIDADES JUDICIÁRIAS PARA A DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS E TROCA DE EXPERIÊNCIAS, ALIMENTAREMOS O BANCO DE TALENTOS PARA VALORIZAR A FORMAÇÃO DOS SERVIDORES E DISTRIBUIR A FORÇA DE TRABALHO DE FORMA EFICIENTE, E CRIAREMOS UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE APOIO ÀS UNIDADES DE PRIMEIRO GRAU COM ÍNDICES CRÍTICOS. PARA GARANTIR UMA ATUAÇÃO CONSTRUTIVA E CONSENSUAL, UTILIZAREMOS O DIÁLOGO COMO FERRAMENTA PRINCIPAL, BUSCANDO SEMPRE A VIA CONCILIATÓRIA E PACIFICADORA PARA PREVENIR MEDIDAS CORREICIONAIS E SOLUCIONAR CONFLITOS DE FORMA RÁPIDA E JUSTA. NOSSO OBJETIVO É CRIAR UM AMBIENTE DE TRABALHO COLABORATIVO, EFICIENTE E INOVADOR, QUE SIRVA DE EXEMPLO E INSPIRAÇÃO PARA OUTRAS INSTITUIÇÕES.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

CONCORREM AO CARGO DE CORREGEDOR(A)



SUELI TOMÉ DA PONTE

Ouidora da mulher do TRT2 (biênio 2022/2024). Coordenadora do Comitê Gestor Regional para a Implantação da Política Nacional e Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau de Jurisdição (biênio 2020/2022). Ingresso na Magistratura do Trabalho em 29/01/1993.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

- 1) Integração das instituições de relevância na jurisdição: atuação integrativa com a Ouvidoria/TRT-2, OAB/SP, AMATRA-2 e entidades representativa dos servidores, para adoção de medidas que proporcionem a melhoria do serviço judiciário para seus usuários.
- 2) Aproximação com as Varas do Trabalho: a ideia pretende ultrapassar a função meramente fiscalizatória e de cobrança da Corregedoria. Em conjunto com a Ouvidoria, instituir visitas nas Varas do Trabalho para conhecer mais profundamente a realidade dos serviços e das condições de trabalho nas unidades judiciárias de 1ª Instância de forma individual, bem como receber sugestões e identificar dificuldades, que serão devidamente registradas e consideradas para avaliação de índices ou estatísticas.
- 3) A reserva do possível no TRT-2: por ser o maior Tribunal em movimentação processual do país, com enorme acervo e defasagem no quadro de magistrados e servidores, existe a necessidade de ponderação entre os recursos existentes (material e humano) com a exigência/cobrança de produtividade e prazos (das Secretarias e Magistrados). O exaurimento da força de trabalho é o pior caminho para uma boa prestação do serviço público. Soluções criativas, acolhimento, incentivo e valorização do trabalho efetuado (não a mera exigência do que não se conseguiu produzir) são pilares para maior disposição, segurança e empenho profissional dessas pessoas. Esse contexto precisa ser ampliado no Poder Judiciário brasileiro.
- 4) Reorganização das designações no TRT-2: ampliar os aspectos objetivos de designação em 1º grau, com critérios transparentes, compreensíveis e impessoais. Trata-se de projeto que enaltece o respeito ao magistrado substituto e melhor organização da Vara do Trabalho ao magistrado titular. A compreensão do sistema evita sentimento de subjetividade e melhora o clima organizacional, diante da divisão objetiva da força de trabalho.
- 5) Reorganização das férias de 1º grau: possibilitar que as férias acumuladas sejam fruídas com um período a mais do que as adquiridas em cada ano civil. Esse ponto é relevante, na medida que a força de trabalho não é reposta nas férias do magistrado e os números da unidade judiciárias são cobrados indistintamente por esse período. Assim, a fruição adequada das férias (para recomposição da higidez física e mental) é prioridade para que os aspectos qualitativos e quantitativos do serviço judiciário quando do retorno do magistrado e os números das unidades judiciárias.
- 6) Mediação e solução dos conflitos: abrir canais de mediação e solução de conflitos que envolvam a atuação da Corregedoria. A ideia é possibilitar uma atuação pré-procedimental em que situações sem gravidade possam ser solucionadas com os envolvidos evitando maiores movimentações e desgastes da Administração Pública (serviços de secretaria e julgamentos de processos administrativos). Obviamente, as questões mais graves ou de caráter indisponível não estarão abrangidas nesse projeto.
- 7) Avaliação da meta na efetiva jurisdição: o cumprimento de metas individuais do magistrado, como estabelecido na Resolução do CSJT, somente pode ser efetivada adequadamente quando se observa o período em que o magistrado está efetivamente na jurisdição. Portanto, afastamentos de qualquer natureza não podem ser considerados para apuração da produtividade do magistrado, porque a Administração Pública não consegue repor essa força de trabalho. Dessa forma, a norma regional precisa ser revista, porque impacta negativamente em diversas questões: férias acumuladas que não conseguem ser resolvidas; recuperação da saúde em razão de afastamentos necessários; prejuízo do aspecto qualitativo para relevo do quantitativo, em piora do serviço judiciário. A valorização da força de trabalho considera a inevitável reciprocidade entre profissionalismo e respeito às condições humanas.
- 8) Apuração de metas e Autoinspeção: Evitar ao máximo qualquer critério de apuração de metas e/ou autoinspeção das unidades judiciárias que interfira na independência funcional do magistrado.

EDIÇÃO ESPECIAL: ELEIÇÕES

ENTREVISTA COM O DEPUTADO FEDERAL RICARDO SILVA



DEPUTADO FEDERAL RICARDO SILVA APOIA A AMPLIAÇÃO DO ROL DO ELEGÍVEIS PARA AS ELEIÇÕES DIRETAS DOS TRIBUNAIS

Dispõe o artigo 1º de nossa Constituição Federal que “A República Federativa do Brasil ... constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Todo órgão constituído, portanto, deve ser democrático, e de Direito.

Assim, impõe-se a necessária realização de uma democracia substancial e formal, de modo que os meios e os fins (dentre os quais a igualdade jurídica, social e econômica) do ideal democrático sejam concretizados através do constante aperfeiçoamento das instituições estatais.

Apoio a luta das associações de classe da magistratura vêm há muito levantando a bandeira das eleições diretas para os cargos diretivos dos Tribunais, resultando, inclusive nas PEC ns. 187/2012 na Câmara dos Deputados.

Ainda, à ampliação do colégio eleitoral, convém, ainda, a extensão da elegibilidade a todos os magistrados integrantes do segundo grau de jurisdição, permitindo que os eleitores escolham o magistrado que, ao seu sentir, seja o mais preparado para conduzir os rumos do Tribunal.

Já é passada a hora de avançarmos com aprovação pelo Congresso Nacional das eleições diretas em todos os tribunais em nosso país.